

Direitos Humanos e Democracia

Entre a imagem e a vigilância: cinema, repressão e produção de sentido no Brasil ditatorial

Emanuelle Garcia¹
Fabio Lanza²

1. Introdução

Este trabalho analisa a produção cinematográfica de Glauber Rocha no contexto do Cinema Novo, articulando-a às dinâmicas de repressão e vigilância instauradas durante o regime militar brasileiro. A pesquisa se estrutura a partir de um duplo eixo: a interpretação do cinema glauberiano enquanto prática estética e política e a análise dos registros documentais produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), compreendidos como expressões do olhar estatal sobre a arte considerada subversiva.

Metodologicamente, o estudo se fundamenta na análise documental, conforme proposta por André Cellard, tratando os arquivos do SNI não apenas como fontes informativas, mas como construções discursivas que materializam relações de poder, classificações morais e estratégias de controle. Esses documentos são analisados como artefatos que revelam o esforço do Estado em capturar, interpretar e neutralizar manifestações simbólicas dissidentes.

Para isso, foram examinados diversos documentos que mencionam Glauber Rocha de alguma forma, muitos deles desnudam a vigilância sistemática do SNI à imprensa e aos meios de comunicação. Glauber Rocha foi uma figura contestatória e diversos jornais e revistas que vinham de contramão às postulações autoritárias e repressivas da ditadura contemplavam o cineasta nas discussões sobre política, arte e cultura brasileira. Especificamente, foram examinados 4 registros que contém atestados ideológicos sobre Glauber e suas produções, censuras a filmes do cineasta, vigilância das suas movimentações internacionais e sua relação com

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. E-mail para contato: emanuelle.garcia@uel.br. Produção realizada pela equipe de pesquisadores dos projetos “Documentos Inéditos dos Arquivos do SNI” (Paraná/BR); “Opening the Archives e da CIA” (EUA), com fomento do CNPq e da Fundação Araucária.

² Trabalho orientado pelo Prof. Dr. Fabio Lanza, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

outros artistas que o SNI considerava como “expoentes comunistas”, e colocando Glauber na mesma nomeação. A partir desses documentos, coloca-se a prova a hipótese que a vigilância do SNI ao Glauber Rocha não se restringia a medidas repressivas puramente isoladas, explícita, na verdade, uma estratégia sistemática de controle ideológico da produção cultural, e revela como o Estado brasileiro buscava moldar a narrativa sobre a cultura e a política no Brasil durante a ditadura civil-militar.

2. Desenvolvimento

A partir de uma perspectiva antropológica, o trabalho mobiliza as contribuições de Veena Das, especialmente sua formulação sobre a violência e sua “descida ao ordinário”. Para a autora, a violência não se restringe a eventos excepcionais, mas se infiltra no cotidiano, reorganizando silenciosamente práticas, percepções e formas de vida. Essa chave analítica permite compreender o regime militar não apenas como um aparato repressivo explícito, mas como uma presença difusa que atravessa o cotidiano e se inscreve nas rotinas sociais.

A análise dos documentos do SNI, por sua vez, evidencia que o Estado reconhecia o potencial disruptivo dessas obras, percebendo-as como ameaças não apenas políticas, mas também simbólicas. Tal percepção indica um embate entre diferentes regimes de produção de realidade: de um lado, o discurso estatal, que busca estabilizar sentidos e normalizar a ordem; de outro, a linguagem cinematográfica, que explicita fissuras e impede a completa domesticação da experiência social.

Essa visão da arte, especialmente o cinema, como método de revolução político-cultural tornou-se um dos principais motivos para que a ditadura começasse a intervir nas produções e a perseguir os artistas do Cinema Novo, fazendo com que não só o período histórico que eles vivenciaram fosse propenso para que eles fossem alvos das vigilâncias institucionais, mas também as individualidades artísticas de cada cineasta também passaram pela repressão estatal.

A partir das contribuições teóricas do filósofo Walter Benjamin (1892-1940), que ressalta que a modificação das condições de produção no campo da cultura levou cerca de meio século para se consolidar (Benjamin, 2018, p. 53). Mesmo que, para ele, a obra de arte sempre foi, em princípio, reproduzível, pois sempre existiu a possibilidade de imitar aquilo que havia sido produzido por outras pessoas (Benjamin, 2018, p. 54). Também é possível compreender, a partir de Raymond Williams, que os meios de comunicação como verdadeiros meios de *produção*. O autor evidencia que

[...] os meios de comunicação, das formas físicas mais simples da linguagem às formas mais avançadas da tecnologia da comunicação, são sempre social e materialmente produzidos e, obviamente, reproduzidos (Williams, 2011, p. 69).

Isto é, ao amplificar informações e mensagens ela também atua como um reforçador dos elementos de uma hegemonia cultural. Além disso, seu caráter de amplificador e transmissor de mensagens e informações asseguram à mídia e aos diversos meios de comunicação existentes novos espaços para compartilhar novas (ou velhas) formas culturais e ideológicas. Isso garante um papel social e ideológico aos meios de comunicação.

E é tendo isso em vista que se deve reconhecer o cinema também como um meio de comunicação e propaganda e, pensando na Ditadura Militar, os meios de comunicação constituíam um grande campo de disputa entre aqueles que colaboravam com os processos de discriminação, ódio e controle da ditadura militar e, também, aqueles que enxergavam na produção artística um instrumento de contestação, de provocação e até mesmo de “desobediência” civil.

Há inúmeros retratos disso, na literatura, como já citado, além das grandes obras de Jorge Amado, as produções de literatas como Lygia Fagundes Telles (1918-2022) cujo romance *As Meninas*, publicado em 1973, surge como uma crítica às práticas de tortura da ditadura, sendo fundamental para a compreensão desse período histórico. Também é pertinente evidenciar a atuação da chamada “geração do mimeógrafo”, com autores como Paulo Leminski (1944-1989) e Ana Cristina Cesar (1952-1983), que produziam independentemente de maneira artesanal suas

revistas e livros que muitas vezes continham retratos provocativos e irônicos, e ofereciam críticas sociais e culturais contrárias ao regime civil-militar.

A partir das perspectivas de Walter Benjamin, é possível pensar como a obra de Glauber Rocha e a atuação da Comissão Nacional da Verdade (2011-2014) atuam como formas concretas de “escovar a História a contrapelo”. Se a ditadura civil-militar construiu para si a imagem de defensora da ordem, da moral e do progresso, tanto as obras de Glauber quanto a Comissão Nacional da Verdade rompem com esse cortejo triunfal. O cineasta Glauber Rocha ao retratar em suas produções cinematográficas situações de violência, miséria, desigualdade, exploração e a existência de estruturas coloniais, ofereceu voz aos oprimidos e aos vencidos da historiografia oficial, e expôs as ruínas sobre as quais o suposto “progresso” do Brasil se erguia. Sua obra cinematográfica, portanto, constitui um gesto artístico-político de subversão e resistência, recusando-se a legitimar o silenciamento imposto pelo regime ditatorial.

3. Considerações finais

Os arquivos do SNI revelam que a ditadura monitorava atentamente as diversas manifestações culturais e artísticas que pudessem contrariar seus princípios. O Serviço Nacional de Informações demonstrava particular cautela em relação à imprensa e aos meios de comunicação, sobretudo quando a revista ou jornal apresentava críticas ao governo ou buscavam dar visibilidade às demandas da classe operária, das mulheres, das questões indígenas e de censuras artísticas. Alguns documentos indicam que bastava um interesse intelectual por Karl Marx ou pela antiga União Soviética para que o SNI instaurasse vigilância e perseguição sobre as publicações e seus autores.

De uma perspectiva metodológica, a pesquisa mostra a fecundidade de combinar análise documental rigorosa com critérios de crítica de fonte: arquivos repressivos não apenas registram eventos, mas produzem interpretações que precisam ser remontadas no processo de pesquisa. Trabalhar com esse material digitalizado permitiu apreender tanto as presenças evidentes quanto as ausências estruturantes, o que fala, por si só, sobre os limites e as potencialidades da história escrita a partir de arquivos de segurança.

Por fim, o trabalho sustenta que a articulação entre cinema, repressão e antropologia, especialmente a partir da noção de descida ao ordinário da violência, permite compreender a ditadura brasileira como um campo de disputas que se desenrolam tanto no plano institucional quanto no cotidiano. Nesse cenário, a obra de Glauber Rocha se destaca como uma forma de resistência estética e política que reinscreve a violência no campo do visível, interrompendo seus processos de naturalização e abrindo possibilidades críticas para a compreensão do Brasil.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.**

Organização e prefácio Márcio Seligmann-Silva; tradução Gabriel Valladão Silva.

Porto Alegre: L&PM Editores, 2017.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas:** Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 3. ed. 1987.

CELLARD, André. A análise documental. In: **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p. 295-316.

DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário.** Editora Unifesp, 2020.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro:** artistas da revolução, do CPC à era da TV. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo.** Tradução André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná